



ACESSIBILIDADE DA FEIRA DO MERCADO DE SÃO BRÁS NO MUNICÍPIO DE BELÉM: REFLEXÕES PARA MELHORIA DA GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

ACCESSIBILITY OF THE SÃO BRÁS MARKET FAIR IN THE MUNICIPALITY OF BELÉM: REFLECTIONS FOR IMPROVEMENT OF PUBLIC SPACE MANAGEMENT

Mayra Hermínia Simões Hamad Farias do Couto¹

Camila Malena Meiguins Brito²

Estefanie Emiliano Santo e Silva³

Rebecca Costa da Silva⁴

Wendy Victória Silva do Nascimento⁵

Resumo

As feiras oportunizam a relação entre pessoas e espaço, por isso a importância da acessibilidade urbana na busca de soluções mais eficientes para um desenvolvimento sustentável. O objetivo do estudo foi avaliar as condições de acessibilidade da Feira do Mercado de São Brás em Belém. Trata-se de um estudo de caso do complexo do Mercado de São Brás, com a avaliação da feira na parte externa. O instrumento de coleta de dados foi elaborado com base na Norma Técnica Brasileira (NBR 9050:2015) e averiguadas com instrumentos sugeridos seguindo as recomendações preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Foram verificados 70 itens, dos quais 34 (48,57%) mostraram-se não estar de acordo com as recomendações preconizadas, 19 (27,14%) cumprem a norma e 17 itens (24,28%) não puderam ser avaliados. A feira cumpre parcialmente a acessibilidade estipulada pela legislação nacional, mas é necessário a preservação e a revitalização do ambiente capaz de gerar soluções mais eficientes para um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: Acessibilidade. Feiras. Espaço público. Mobilidade.

Manuscript first received/Recebido em: 04/05/2020 Manuscript accepted/Aprovado em: 05/05/2021

¹ Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Professora no Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade da Amazônia – UNAMA. Belém, Pará, Brasil. E-mail: mayrahamad@gmail.com.

² Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: camilameiguins@outlook.com.

³ Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: emilianofisio2016@gmail.com.

⁴ Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: beckycosta@outlook.com.

⁵ Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: wendyvictorian@outlook.com.

Abstract

The free fairs provide an opportunity for the relationship between people and space, so the importance of urban accessibility in the search for more efficient solutions for sustainable development. The objective of the study was to evaluate the accessibility conditions of the São Brás Market Fair in Belém. This is a case study of the São Brás Market complex constituted abroad by the Fair. The data collection instrument was developed based on the Brazilian Technical Standard (NBR 9050: 2015) and verified with suggested instruments following the instructions recommended by the Brazilian Technical Standards Association (ABNT). 70 items were checked, of which 34 (48.57%) were found not to be in accordance with the recommendations, 19 (27.14%) perform the standard and 17 items (24.28%) could not be evaluated. The fair partially complies the accessibility stipulated by national legislation, but requiring the preservation and revitalization of the environment able to more efficient solutions for sustainable development.

Keywords: Accessibility. Fairs. Public space. Mobility.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras feiras no município de Belém surgiram em lugares estratégicos obedecendo ao movimento de estruturação da cidade ocorrido a partir do século XVI, na qual a dinâmica comercial estava ligada ao rio e as principais transações econômicas eram movidas com o abastecimento da cidade através da orla, porém com o passar dos séculos, surgem mercados particulares nas áreas de expansão da cidade, modificando a estrutura urbana estabelecida e fortalecendo as atividades comerciais em regiões mais centrais, no entanto as feiras continuam a desempenhar um papel importante no comércio local, sobretudo a produtos regionais (Medeiros, 2010).

O surgimento do mercado de São Brás ocorre em paralelo à formação de bairros mais centrais em Belém, como o surgimento do bairro de São Brás que é resultado de um processo político e territorial que tinha por intenção suprir a necessidade de interligar as colônias agrícolas do interior através da antiga estação Ferroviária (De Andrade, 2010). No início do século XX, Belém passava por uma crise de gêneros alimentícios agravada pela migração de trabalhadores nordestinos atraídos pela economia da borracha, sendo necessário a criação de mercados que permitissem o acesso da população dessas áreas, principalmente as com menor renda (De Andrade, 2010; Silva, 2016).

O Mercado de São Brás, inaugurado em 1911, é hoje um dos mais expressivos mercados públicos de Belém, em razão de sua importância como espaço comercial, patrimônio histórico edificado e monumental que supre as necessidades básicas de consumo dos moradores provenientes prioritariamente das áreas adjacentes (Pantoja, 2014).

O complexo do Mercado de São Brás é constituído por setores que incluem a Feira, o mercado de peixe e carne, espaço de artesanato, mercearia e praça de alimentação, e está localizado a 300 metros do terminal rodoviário de Belém, em uma das principais avenidas por ser responsável pelo acesso ao município. No exterior do mercado, existe uma Feira que abriga a área de alimentação, hortifrutigranjeiro, espaço de carne e pescado, que ao todo (mercado e feira) abriga 403 permissionários, sendo uma das maiores feiras da cidade (Secon, 2016).

O Mercado de São Brás, e as feiras, de maneira geral, são de grande importância por promover trocas econômicas e sociais que impactam nas relações diárias da sociedade e assim atuam na qualidade de vida dos cidadãos que fazem uso desse espaço, contribuindo para a configuração urbana econômica, de mobilidade, entre outros. Com isso, compreender a existência da acessibilidade urbana é indispensável na busca de soluções mais eficientes para um desenvolvimento sustentável, pois a acessibilidade atua na capacidade do indivíduo deslocar-se livremente com intuito de realizar suas atividades cotidianas sem barreiras (Da Silva & Santos-Silva, 2019).

Assim, a pesquisa realizada com os permissionários do Mercado de São Brás corrobora com o reconhecimento da importância da gestão do espaço público como um dos pontos capazes de gerar desenvolvimento sustentável para a população local a partir das especificidades e identidade cultural. Os resultados encontrados mostram o sentimento coletivo de abandono e falta de assistência por parte dos agentes públicos responsáveis pela organização e manutenção do espaço, e foi evidenciado *in loco* o abandono na observação das dificuldades relatadas pelos feirantes, bem como o crescente sentimento de falta de atenção da gestão pública para os comerciantes locais (Silva, 2016).

Sendo assim, percebe-se que apesar do reconhecimento das feiras como manifestações da cultura local, pouco é garantido à integridade dessas estruturas. Tendo isso em vista, a pesquisa teve como objetivo avaliar as condições de acessibilidade da Feira do Mercado de São Brás em Belém.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Feiras como espaço de trocas e acessibilidade

A feira livre é considerada a forma mais antiga e tradicional de comercialização de produtos, com origem na antiguidade em territórios populares, formatados pelos setores hegemônicos para a realização de trocas de mercadorias em meio a grande fluxo de pessoas e ocorrendo desde a virada do século XIX para o século XX (Groot & Groot, 2017; Firmino, 2019).

Com intuito de realizar atividade comercial, foi necessário prover um espaço capaz de reunir pessoas e como resultado dessa aglomeração de multidões gerou espaços de sociabilidade expressivo. No Brasil, as feiras constituem uma modalidade de mercado varejista ao ar livre que comumente ocorre em periodicidade semanal e organizada em serviço de utilidade pública pelo município, sendo voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos, principalmente como forma de escoar a produção de agricultores locais. Está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes e desempenham ainda hoje papel importante no abastecimento urbano (Mascarenhas & Dolzani, 2008).

As feiras também promovem as trocas sociais por meio de comercialização de produtos em um determinado local de encontro, sendo esse meio físico e social favorável e imprescindível para impulsionar as vendas, pois gera facilidade no deslocamento em grandes centros urbanos ao usufruir em feiras acessíveis, próximas e seguras, pois o grande fluxo de pessoas que circulam no local são elementos considerados fundamentais para a estruturação social urbana devido à dinâmica presente nesse espaço público (Almeida, 2009).

Dessa forma, as feiras livres como espaços de uso comum, têm a necessidade da implantação,

preservação e manutenção da acessibilidade, que é definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, de uso público, privado ou de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Abnt Nbr 9050:2015). A acessibilidade mostra-se necessária não somente a pessoas com mobilidade reduzida, mas a todos que usufruem de espaços de uso comum, como espaços públicos, entre eles as feiras livres.

Com isso, existem diversos tipos de acessibilidade, cada uma relacionada a um tipo de necessidade. A acessibilidade espacial é a mais fácil de ser percebida, pois consiste na modificação da arquitetura do local, como a presença de rampas. Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) relatam que a acessibilidade vai além do aspecto de locomoção, ressaltando que é também necessário que o local permita ao usuário e trabalhador compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como, participar das atividades que ali ocorrem (Ferreira, 2015).

Historicamente, o surgimento da atividade de feirante teve início no século IX na Europa, e os mercados locais tinham a finalidade de suprir a população com produtos de primeira necessidade. Em sua gênese, a busca pela atividade de feirante consistia em legado familiar, passando a acontecer como forma de complementação de renda (Carvalho & Aguiar, 2017).

Atualmente sabe-se que a feira popular agrega predominantemente o trabalho informal, oportunizando um local de trabalho no qual muitos indivíduos buscam na atividade de feirante uma alternativa de obtenção de renda, sustendo familiar, autonomia e inserção social. Essas atividades aumentaram com o crescente desemprego, com o aumento das exigências do mercado de trabalho formal e a idade avançada do trabalhador (Carvalho & Aguiar, 2017).

No entanto, as condições de trabalho às quais o feirante está submetido repercutem diretamente sobre seu estado de saúde e qualidade de vida, pois o trabalho nesses ambientes vem apresentando grande vulnerabilidade à saúde relacionada também ao tipo de atividade laboral que realizam, tal assertiva é justificada pelo conceito ampliado de saúde como resultante de fatores determinantes e condicionantes, entre outros, que incluem a alimentação, o saneamento básico, a acessibilidade, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação e o acesso aos bens e serviços essenciais (Lima & De Almeida, 2014; Da Silva; Amorim & De Almeida, 2015).

Em Belém do Pará, as feiras livres estão presentes no cenário local desde a fundação da cidade. Segundo informações da Secretaria Municipal de Economia de Belém (SECON) dados de 2015 apontam que o funcionamento de feiras legalizadas é de trinta e duas feiras e dezessete mercados populares na cidade, com 4.398 e 1.503 permissionários, respectivamente, indicando a importância ocupacional e econômica que essas instituições assumem na contemporaneidade da capital paraense (Júnior, 2016). Perante as condições apresentadas, é fundamental a verificação dos cumprimentos de normas e leis brasileiras que visam a acessibilidade em feiras livres, assim como, a avaliação da qualidade de vida dos feirantes e o impacto no desenvolvimento sustentável local.

2.2 Planejamento urbano e feiras em Belém

Atualmente, o termo acessibilidade vem sendo utilizado para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sendo também, descrita como condição

de eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas durante o acesso a edifícios e meios de transporte. É necessário evidenciar que se tratando de serviços e de espaços públicos, esta temática torna-se um verdadeiro problema urbano, uma vez que, quando solucionada, contribui amplamente para uma imagem hospitaleira à cidade, favorecendo o turismo local e a coesão das práticas sociais e culturais (Wagner et al., 2010; Grinover, 2006).

A descrição da acessibilidade em Belém é relatada no Art. 50 do Plano Diretor, onde informa-se que o poder público municipal deverá garantir acessibilidade a toda população, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, edificações e equipamentos urbanos públicos, dos serviços de transporte públicos e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação. Entretanto, este fato não é o que se encontra ao visitar as feiras livres em Belém, em razão de uma ineficiente acessibilidade ofertada aos portadores de necessidades especiais ou às pessoas com mobilidade reduzida, como idosos e gestantes (Pereira, 2011; Belém, 2008).

Nos dias atuais, as feiras livres possuem um maior fluxo de pessoas durante a semana. Segundo a pesquisa da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, foi observado que 74,3% dos municípios brasileiros possuem pelo menos uma feira livre, demonstrando sua grande valia no país como centros de abastecimento (Groot & Groot, 2017).

Ao contrário de outros pontos do Brasil, em Belém, as feiras livres apresentam uma dinâmica própria, do ponto de vista da administração do espaço. Contudo, diversos problemas são encontrados nas feiras, tais como: falta de higiene, precariedade nas estruturas das barracas e calçadas, venda de produtos não permitidos, falta de segurança e desordem. Estes problemas colocam em risco a supervivência da feira, tendo em vista que contrariam o cumprimento das recomendações de acessibilidade preconizadas pela Norma Brasileira Regulamentadora 9050 e da legislação sanitária, de forma a comprometer a qualidade dos produtos colocando em perigo a saúde dos usuários (Coutinho et al., 2006).

Situada às margens da Baía do Guajará em Belém, a feira do Ver-o-Peso se destaca, tanto pelo avantajado espaço físico, sendo considerada a maior feira livre da América Latina, quanto pela multiplicidade de produtos que oferece (alimentos, artesanato regional e ervas medicinais) os quais refletem características marcantes da cultura paraense, além de ser um lugar estratégico de encontro entre a cidade e o mundo ribeirinho, traduzido pelas mais variadas mercadorias trazidas pelas embarcações que percorrem o emaranhado de vias fluviais e aportam neste ponto de convergência urbana. Essa questão aponta para um aspecto importante do papel do Ver-o-Peso no que se poderia designar uma liminaridade rural/urbano (Leitão, 2013; Silva, 2010).

O Ver-o-Peso também apresenta uma importância turística e gastronômica para a região, visto que aparece em quarto lugar entre os melhores mercados de todo o mundo, em pesquisa realizada pela National Geographic em 2009, como sendo um dos ambientes de mercados que oferece refeições típicas e permite mergulho na vida local, aparecendo logo após os mercados de Toronto, de Nova Iorque e de Santa Lucia que tem grande apelo internacional (Leitão, 2013).

Já a feira da “25 de Setembro” encontra-se entre os limites de três bairros de Belém, sendo esses, São Brás, Fátima e Marco. Segundo alguns feirantes que trabalham na mesma, a feira levava esse nome, porque até 2010, a avenida em que está localizada, hoje chamada Romulo Maiorana, chamava-se 25 de Setembro. De acordo com dados disponibilizados no ano de 2015 pela SECON, esta

feira é considerada a quinta maior em número de permissionários na cidade com 272 trabalhadores distribuídos em 422 equipamentos (Junior, 2018).

Enquanto que o Mercado de São Brás é hoje um dos mais expressivos mercados públicos de Belém, em razão de sua importância como monumento, como patrimônio histórico edificado e como espaço comercial que supre as necessidades básicas de consumo, principalmente dos moradores das áreas adjacentes. O mercado mantém sua visibilidade, apesar de suas condições precárias de conservação. Destinado à venda de carne, peixe e hortifrutigranjeiros, o mercado foi perdendo progressivamente sua função comercial original, oscilando entre períodos de efervescência e abandono, com oscilação no uso de seu espaço devido aos (des)incentivos locais por meio da tomada de decisão do poder público e, até o presente momento, não apresenta grande representatividade funcional como espaço de comércio na cidade de Belém (Pantoja, 2014)

As feiras são ambientes informais de trabalho e mesmo com sua importância socioeconômica e cultural, apresentam problemas na dimensão espacial e de equipamentos de uso coletivo, com características ineficientes no saneamento, estrutura física, segurança, condições do trabalho (extensas horas de trabalho, acúmulo de tarefas, exposição a condições ambientais adversas), as quais podem afetar diretamente o trabalho dos feirantes e conseqüentemente sua qualidade de vida (Carvalho & Aguiar, 2017).

Com isso, os feirantes possuem condições precárias de trabalho e dificuldades em acesso de recursos de uso coletivo de boa salubridade, como banheiros limpos, locais de descanso e convivência e outros; e ainda são submetidos a dez horas ou mais de atividades laborais por dia, na maioria das vezes em pé. Diante do exposto, tais condições favorecem alguns agravos à saúde, como viroses, alergias, crises hipertensivas, hérnias de disco, apendicites, dengue e infecções urinárias (Do Vale *et al.*, 2015). Assim, o planejamento urbano centrado no uso acessível dos espaços públicos, como as feiras, deve ser o foco central das propostas de políticas públicas na busca de soluções mais eficientes para um desenvolvimento sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso, transversal, descritivo e quantitativo, desenvolvido na Feira do Mercado de São Brás, localizada em Belém do Pará, no período de janeiro e fevereiro de 2020, como produto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade da Amazônia. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com o número do parecer: 3.659.877.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram tabelas de avaliação da acessibilidade, elaboradas pelos autores baseado nos parâmetros da Norma Brasileira Regulamentadora 9050:2015 (Brasil, 2015), que tinham a finalidade de analisar a acessibilidade da feira. Foi utilizada para avaliar as dimensões e proporções do local uma trena milimétrica, e assim verificar o cumprimento das recomendações preconizadas e a utilização de fotografia por meio de câmera do celular dos pesquisadores.

As tabelas foram divididas em seis domínios de acessibilidade: (1) Calçadas ao redor da feira, (2) Calçadas ao redor das barracas, (3) Rampas, (4) Escadas, (5) Balcões de atendimento e (6)

Banheiro coletivo, que foram subdivididos em 70 itens analisados, com as opções de resposta Sim, Não ou Não Aplicável; e quando necessário havia a possibilidade de realizar anotações e observações adicionais de cada item.

O domínio de número 1 e 2 correspondiam às Calçadas ao redor da feira e ao redor das barracas, respectivamente, e continham 29 itens, como largura das faixas livres de pedestres e faixas de serviço, altura livre das calçadas, manutenção da pavimentação, presença de piso regular e antiderrapante, mudanças bruscas do tipo de piso, presença de elementos e equipamentos mal posicionados e não sinalizados obstruindo o passeio, mesas e cadeiras ocupando o espaço da faixa livre de circulação, materiais de construção ou lixos lançados na calçada, bancas de comércio ocupando a faixa de circulação, largura e características dos rebaixamentos das calçadas em relação à rua.

O terceiro domínio continha 11 itens a respeito da acessibilidade das rampas, como largura mínima, ressalto, desníveis ou degraus no decorrer da rampa, piso antiderrapante, piso tátil e características dos corrimãos. Enquanto que, o quarto domínio apresentava 14 itens sobre a análise das escadas, como largura e dimensão do piso, tipo de piso, faixas de sinalização e características dos corrimãos.

O quinto domínio avaliava a acessibilidade dos Balcões de atendimento, contendo 5 itens, entre eles largura mínima, altura do balcão inferior e superior, desníveis entre o interior e área de aproximação frontal para usuário de cadeira de rodas. Já o sexto e último domínio, correspondente ao Banheiro coletivo e possuía 11 itens a serem analisadas, como largura e área livre, altura mínima de assento, porta com aberturas para fora, boxes com barra de apoio, maçanetas do tipo alavanca, sinalização visual com o símbolo representativo de sanitário e placas com sinalização tátil.

4 DIAGNÓSTICO AVALIATIVO DA ACESSIBILIDADE NA FEIRA DO MERCADO DE SÃO BRÁS

Os resultados foram obtidos a partir da pesquisa de campo e a análise dos itens de cada domínio de observação da acessibilidade realizada pelos investigadores com a medição das dimensões do local e verificação do cumprimento das recomendações da Norma Brasileira Regulamentadora que preconizada (Nbr 9050:2015).

Na avaliação das calçadas ao redor da feira foi observado que dos 18 itens somente 4 (22%) estavam acessíveis, entre eles: (1) Faixa livre de pedestres com 1,89m (Valor de referência com largura mínima de 1,20m); (2) Apresentou altura livre mínima de 2,10m recomendada; (3) Presença de piso antiderrapante, sendo constituído de cimento; e (4) Rebaixamento da calçada localizada junto à faixa de pedestre. Entre os demais itens, 12 (67%) foram considerados não acessíveis, como falta de manutenção da pavimentação do piso das calçadas, falta de piso regular, mudança brusca do tipo de piso, elementos mal posicionados fora da faixa de serviço, mesas e cadeiras ocupando o espaço da faixa livre, entulhos na calçada, equipamentos não sinalizados na faixa livre de circulação, bancas de comércio posicionadas na calçada, rebaixamento da calçada com 97cm (Valor de referência largura mínima de 1,20m), sem piso tátil de alerta e não alinhados entre si, desníveis entre o término do rebaixamento das calçadas e o leito intransitável. Os últimos 2 itens (11%) foram assinalados como Não Aplicáveis, sendo estes, faixa de serviço demarcada com largura mínima de 70cm e rebaixamento

da calçada com abas laterais de largura mínima de 50cm. A qualidade das calçadas ao redor da feira apresenta grande parte dos itens avaliados sem acessibilidade como mostrado na imagem 1.

Figura 1: Calçadas ao redor da feira.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O segundo domínio analisado foi o de calçadas ao redor das barracas, contendo 11 itens, onde somente 3 (27%) foram considerados acessíveis, sendo estes, altura livre mínima de 2,96m (referência com no mínimo de 2,10m), piso antiderrapante (cimento) e ausência de mudança brusca de tipo de piso. Foram considerados não acessíveis 7 (67%) itens, como: faixa livre de pedestres com largura de 91cm (referência a partir de 1,20m), falta de manutenção da pavimentação do piso das calçadas e de pisos regulares, presença de elementos mal posicionados, mesas e cadeiras ocupando o espaço da faixa livre, entulhos lançados na calçada e equipamentos não sinalizados na faixa livre de circulação. O item faixa de serviço demarcada com largura mínima de 70cm foi considerado não Aplicável por não estar presente na feira. A imagem 2 mostra a infraestrutura insatisfatória a redor das barracas com baixa acessibilidade.

Figura 2: Calçadas ao Redor das Barracas.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A respeito das Rampas analisadas e dos 11 itens presentes neste domínio, somente um foi considerado acessível que é a presença de piso antiderrapante (cimento). Outros 4 itens (36%) foram considerados não acessíveis, sendo estes, rampas com largura de 97cm (referência de no mínima de 1,20m), presença de desníveis em seu trajeto, inexistência de piso tátil de alerta e de corrimões de dupla altura em ambos os lados da rampa. Os últimos 6 itens (55%) foram assinalados como Não Aplicáveis como a necessidade de projeção de corrimãos dentro da largura mínima da rampa em até 10cm de cada lado, corrimãos instalados a 92cm e a 70cm, rampas com largura igual ou superior a 2,40m com corrimão intermediário, garantindo faixa de circulação de pedestre com largura mínima de 1,20m, corrimãos construídos com materiais rígidos e resistentes, corrimão com acabamento recurvado e corrimão contínuo com prolongamento mínimo de 30cm no início e no término das rampas. Como avaliado na pesquisa, as rampas não apresentam corrimão e vários dos itens não sendo capaz nem de realizar a mensuração, podendo ser visualizado na imagem 3

Figura 3: Rampas.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Já o domínio correspondente as escadas apresentam um total de 14 itens observados, onde 5 (36%) estão acessíveis, como largura mínima de 1,20m, dimensão do piso do degrau com 32cm (referência no mínimo 28cm), dimensão do espelho do degrau com 17 cm (referência entre 16cm e 18cm), presença de piso antiderrapante (cimento) e não prejudicar o cruzamento entre a circulação vertical e horizontal de pedestres. Os itens considerados não acessíveis foram 4 (28%), sendo estes a ausência de piso tátil de alerta, inexistência de instalação de faixas de sinalização junto as bordas de todos os degraus, primeiro e último degrau da escada sem a distância de 30cm da faixa de circulação, e escada sem a presença de corrimão. Os 5 itens (36%) restantes foram determinados como Não Aplicáveis, como corrimãos construídos com materiais rígidos e resistentes; corrimão com acabamento recurvado, corrimão contínuo com prolongamento mínimo de 30cm no início e no término das rampas, instalação de corrimão central quando a largura da escada é superior a 2,40m, garantindo a faixa de circulação dos pedestres com largura mínima de 1,20m. A imagem 4 demonstra a qualidade das escadas presentes da feira.

Figura 4: Escadas.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O quinto domínio analisado correspondia aos balcões de atendimento, e dos 5 itens analisados, somente um se mostrou acessível: balcão com largura mínima de 90cm, apresentando 1,53m. Os 4 itens (80%) restantes foram considerados não acessíveis: altura do balcão entre 75cm e 85cm do piso, possuindo 1,06m; altura máxima de 80cm na face superior, contendo 84,5cm; desníveis entre o piso e o interior do balcão; e ausência de área de aproximação frontal para usuário de cadeira de rodas. A Imagem 5 mostra a qualidade dos balcões da feira de São Brás.

Figura 5: Balcões de atendimento.



Fonte: Elaboração própria, 2020

Já o sexto e último domínio analisava a acessibilidade do banheiro coletivo. De 11 itens avaliados, 3 (27%) apresentaram-se acessíveis, como a largura livre apresentada de 1,29m (referência é mínimo 80cm), altura mínima de 2,10m, possuindo 3,14m; e área livre com no mínimo 60cm de diâmetro. Outros 5 itens (46%) foram considerados não acessíveis: ausência de portas com abertura para fora e de boxes com barra de apoio em forma de “L”, falta de sinalização visual com o símbolo representativo de sanitário e inexistência de placas com sinalização tátil e em Braille. Os itens avaliados como não Aplicáveis foram 3 (27%) devido à ausência de boxes com barra de apoio em forma de “L” ou com duas barras laterais de 90° com no mínimo 70cm, maçanetas e puxadores fixos do tipo alavanca e maçanetas fixas do tipo alavanca instaladas a uma altura entre 90cm e 1,10m do piso. A imagem 6 mostra o banheiro coletivo da feira investigada.

Figura 6: Banheiro coletivo.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Com base nisso, observa-se que foram analisados um total 70 itens, dos quais 34 (48,57%) mostraram-se não estar de acordo com as recomendações, 19 itens (27,14%) cumprem a norma e 17 itens (24,28%) não puderam ser avaliados, sendo assinalados como Não Aplicáveis. Os dados apresentados foram sintetizados e organizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Síntese de dados das condições de acessibilidade da Feira do Mercado de São Brás.

Domínios	Acessíveis	Não acessíveis	Não Aplicável	Total de itens analisados
1. Calçadas ao redor da feira	4	12	2	18
2. Calçadas ao redor das barracas	3	7	1	11
3. Rampas	1	4	6	11
4. Escadas	5	4	5	14
5. Balcões de atendimento	1	4	0	5
6. Banheiro coletivo	3	5	3	11
Total	17	36	17	70
Porcentagem	24,28%	51,44%	24,28%	100%

Fonte: Elaboração própria, 2020

Diante do diagnóstico apresentado sobre a acessibilidade na feira de São Braz, esta pesquisa suscita a análise dos elementos observados como estratégias elucidativas de discutir e propor soluções mais eficientes em espaços de uso comum, o público a exemplo das feiras, que ocorrem trocas sociais e econômicas com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável na região.

5 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA FEIRA DO MERCADO DE SÃO BRÁS: PROPOSTAS E REFLEXÕES

O Mercado de São Brás percorreu diversas fases que tiveram alternâncias, como picos comerciais e situações de abandono desde sua inauguração em 1911. Ao longo do tempo, o complexo do Mercado não passou por uma recuperação definitiva para a sociedade e para a história da arquitetura da cidade, fato que reflete na acessibilidade urbana do local, pois durante a pesquisa foi observado o não cumprimento das normas previstas pela legislação nacional em grande parte dos itens analisados.

O conceito de acessibilidade desempenha papel fundamental para que haja igualdade social, em que todas as pessoas, indiferentemente de suas necessidades e características, possam utilizar o espaço da melhor maneira, o mais confortável e seguro possível (Almeida, Giacomini & Bortoluzzi, 2013).

A acessibilidade no espaço público não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreçam apenas às pessoas com deficiência, o que pode aumentar a exclusão desses grupos, mas sim medidas técnico-sociais destinadas a amparar todos os usuários em potencial (Duarte & Cohen, 2004).

As questões geométricas das calçadas possuem grande relevância para a sociedade de uma forma geral, mas principalmente para aqueles que apresentam mobilidade reduzida, por muitas vezes não possuir um nivelamento com o piso, dificultando a locomoção e acessibilidade (Machado & Lima, 2015).

A análise dos resultados mostra a acessibilidade insatisfatória na feira do Mercado de São Brás, em que foi verificado que nos domínios referentes às calçadas foram analisados um total de 29 itens e destes, 19 não corresponderam as normas de acessibilidade prescritas pela NBR 9050, o que equivale a 65,51%. Corroborando aos achados encontrados a literatura que descreve a importância das calçadas como um ponto principal das cidades que configuram os espaços públicos, melhorando a circulação e segurança da população (Hannes, 2016). Assim, a renovação dos espaços urbanos como a implantação de calçadas acessíveis ao redor das feiras propõe uma melhora na qualidade do espaço, assim como os outros itens geradores de acessibilidade.

A respeito dos balcões de atendimento, foram encontrados parâmetros fora dos padrões recomendados pela norma vigente, apresentando condições insalubres, com irregularidades no tamanho e localização e sendo responsável por uma desordem urbana e arquitetônica no local, o que gera dificuldades para os trabalhadores idosos, gestantes ou com qualquer outro tipo de mobilidade reduzida. Em consonância com a pesquisa acerca de acessibilidade em que descreve a necessidade de pessoas com mobilidade reduzida necessitam de um espaço dedicado a aproximação frontal de 75 a 85 cm para um bom contato visual, sendo também importante verificar se a posição do balcão não impede certos movimentos do usuário (Pupo, Melo & Ferrés, 2006).

Outro ponto analisado na Feira do Mercado de São Brás foram os banheiros coletivos, os quais demonstraram precariedade, como falta de adequação no piso e na iluminação, sanitário e mictório em condições insatisfatórias ao uso, ausência de portas fixas que dificultam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. Segundo o Ministério da Educação, em relação aos banheiros, considera-se como adaptação necessária, que sejam amplos a fim de permitir o movimento de uma cadeira de

rodas, que possuam barras nas paredes, ao lado dos vasos sanitários e que os boxes possuam pisos não escorregadios e barras de apoio (Brasil, 2006).

Além do mais, foram analisadas as rampas e escadas do local, as quais apresentaram irregularidades no piso como desníveis assim como falta de corrimão, sem sinalização de piso tátil de alerta, implantação de rampa em local inadequado e entulhos obstruindo a passagem livre de pedestres. De acordo com o Art. 5º da Lei nº 8.068 de 28 de Maio de 2001, sancionada pela Câmara Municipal de Belém, o projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade (Nbr 9050) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (Belém, 2001).

Somado as normas preconizadas em legislação municipal, temos o estatuto da cidade que estabelece diretrizes gerais da política urbana com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, e que define a necessidade de garantir condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, incluindo regras de acessibilidade aos locais de uso público, sendo necessário que as cidades garantam acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, como as de acesso as feiras livres (Brasil, 2001)

O plano diretor municipal de Belém corrobora ao enumerar a importância da acessibilidade em espaços de uso comum, visto que são princípios fundamentais para a execução da política urbana no município a função social da cidade, que compreende os direitos à mobilidade e acessibilidade aos espaços públicos e ao patrimônio ambiental e cultural do Município por meio da garantia a acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos; além de utilizar uma seção específica com enfoque a acessibilidade (Seção III) que compromete-se com a garantia dos princípios da segurança e da autonomia que deverá respeitar as diferenças urbanas de uso do tempo e espaço da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como frisa a promoção da acessibilidade urbana, observando as regras específicas previstas na legislação federal, estadual e municipal, assim como as normas técnicas editadas pelos órgãos competentes, dentre as quais as de acessibilidade da ABNT (Belém, 2008).

Assim, a acessibilidade de espaços públicos, como as feiras livres, desempenha papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável de uma região. Como confirmado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e assegurada pelo decreto nacional 6.949 que estabelece a importância acessibilidade de pessoas com deficiência e todos os grupos vulneráveis a plena participação social como aspecto próprio ao desenvolvimento sustentável, somada a preservação do meio ambiente, natureza, cidades e aponta a necessidade de assegurar que o desenvolvimento seja acessível a todos (Brasil, 2009).

Na esfera governamental, o desafio é implantar política pública capaz de produzir cidades acessíveis favorecendo todo o público e não apenas aos que possuem alguma deficiência, promovendo a equiparação nas oportunidades a todos os cidadãos. E como medida estabelecida no Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana, os municípios devem ter a capacidade em reconhecer a acessibilidade dos espaços urbanos e deve-se implantar de imediato como um procedimento político-

administrativo impedindo o surgimento de novos ambientes inacessíveis e a definição de uma estratégia que promova as adaptações necessárias aos espaços existentes, de forma gradativa (Brasil, 2006). As feiras como um espaço urbano público devem ser incluídas no plano da gestão dentro do planejamento dos procedimento político-administrativo que visem o desenvolvimento regional como estratégias de melhorias ambientais, econômicas, sociais e culturais capaz de atrair maior investimento e qualidade de uso.

Assim, mostra-se necessária a preservação e a revitalização das feiras capaz de gerar soluções mais eficientes para um desenvolvimento sustentável com enfoque na participação popular para o planejamento de estratégias locais. Outro ponto a ser utilizado como forma de melhorar as condições de uso das feiras é a realização de ações educativas para os feirantes e consumidores a respeito da manutenção e cuidado com a feira (Silva, Santos-Silva & Hamad-Couto, 2019).

Com isso, faz-se necessário medidas para assegurar uma acessibilidade de qualidade em feiras livres, sendo necessário providencias para conscientização da população (feirantes e consumidores), assim como do Poder Público para preservação do local com estratégias assertivas participativa contemplando a cultura local.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, é de suma importância atentar-se a acessibilidade de locais públicos como em feiras livres, visando a preservação do local bem como a revitalização do ambiente que se apresenta em condições precárias para com os trabalhadores e consumidores que frequentam o local. A acessibilidade constitui uma das formas de possibilitar o direito de ir e vir estabelecendo uma relação de igualdade ao que se refere a mobilidade física, se tornando benéfica à sociedade.

Em virtude dos fatos mencionados, a condição de acessibilidade na Feira do Mercado de São Brás em Belém, a mesma encontra-se insatisfatória, pois ainda há muito a ser feito para que este espaço público seja, de fato, acessível, uma vez que a arquitetura regional ainda não se voltou de forma eficiente para a questão da pessoa portadora de mobilidade reduzida ou com deficiência. A pesquisa realizada contribuiu para um olhar crítico da comunidade científica sobre este espaço público, uma vez que, atualmente a literatura encontra-se escassa a respeito deste tema. É importante frisar a realização de ações educativas para os feirantes e consumidores a respeito da manutenção e cuidado com a feira, como uma forma de atuação participativa na gestão dos espaços públicos, somada a atuação mais presente dos tomadores de decisão no planejamento de estratégias capazes de implementar maior acessibilidade e assim, promover o desenvolvimento sustentável.

Torna-se necessário a realização de mais estudos relacionados à temática em questão para que se tenha uma melhor evidência científica, o que poderá implicar na exposição da Feira do Mercado de São Brás como um ambiente em que outrora encontra-se desvalorizado e ignorado pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

- Abnt. (2015). NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. *Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas.*
- Almeida, E., Giacomini, L. B., & Bortoluzzi, M. G. (2013). Mobilidade e acessibilidade urbana. *Seminário Nacional de Construções*. In: II Seminário Nacional de Construções Sustentáveis, p. 1-7.
- Almeida, S. P. N. D. C. (2009). *Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros–MG. 2009. 135 f* (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG).
- Andrade, F. H. P. D. (2010). De São Braz ao Jardim Público-1887-1931: um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará. 2010. Tese. (Doutorado em História Social) – Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia.
- Belém. (2001). Art. 5º da Lei nº 8.068 de 28 de Maio de 2001. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no município de Belém. 2001
- Belém. (2008). *Plano Diretor Urbano do Município de Belém*. Lei Nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Belém: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2008.
- Brasil. (2006). *Cartilha Brasil Acessível. Brasil Acessível: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana*. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2006.
- Brasil. (2001). Lei 5788/90. *Estatuto da Cidade*, Presidente da República em 10 de julho de 2001.
- Brasil. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Básicos de Infraestrutura*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.
- Coutinho, E. P., Silva, M. D., Francisco, M. S., Silva, J. D., Azeredo, L. P. M., & Oliveira, A. T. (2006). Condições de higiene das feiras livres dos municípios de Bananeiras, Solânea e Guarabira. *X Encontro de Extensão*, 1-9.
- Da Silva, R. C., Santos-Silva, E. E., & Hamad-Couto, M. H. S. F. (2019). As condições de acessibilidade na feira do Ver-O-Peso em Belém. In: Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, 10, 2019, Belém. Anais [...] Belém: Universidade da Amazônia – UNAMA, 2019. 10, 1-08

- De Jesus Carvalho, J., & Aguiar, M. G. G. (2017). Qualidade de Vida e Condições de Trabalho de Feirantes. *Revista de Saúde Coletiva da UEFES*, 7(3), 60-65.
- Dischinger, M., Bins Ely, V. H. M., & Piardi, S. M. D. G. (2012). Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. *Florianópolis: MPSC*.
- Do Vale, P. R. L. F., dos Santos, T. P., Saturnino, M. N., Aguiar, M. G. G., & de Santana Carvalho, E. S. (2015). Itinerários terapêuticos de feirantes diante das necessidades de saúde dos familiares. *Revista Baiana de Enfermagem*, 29(4), 372-381.
- Duarte, C. R. D. S., & Cohen, R. (2004). Acessibilidade aos espaços do ensino e pesquisa: desenho universal na UFRJ—possível ou utópico. *Anais do NUTAU: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade*. São Paulo: USP, 2004.
- Ferreira, L. M. (2015). *Acessibilidade em eventos: Uma análise da feira do livro de Porto Alegre*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social e Habilitações Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- Firmino, P. C. S. As feiras livres em tempos de contemporaneidade e os circuitos da economia urbana em Arapiraca/AL (Brasil). *Revista GeoNordeste*, 1, 220-238, 2019.
- Grinover, L. (2006). A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. *Revista Hospitalidade*, 3(2), 29-50.
- Groot, E., & Groot, L. S. (2017). Importância dos atributos de uma feira livre ideal em Cassilândia, estado do Mato Grosso Do Sul: uso do Experimento de Escolha Discreta Melhor–Pior. Instituto de Economia Agrícola (IEA). 47(1), 22-30.
- Hannes, E. (2016). Espaços abertos/espaços livres: um estudo de tipologias. *Paisagem e Ambiente*, (37), 121-144.
- Júnior, J. M. F. C. (2016). *Mercadores de obrigações: crédito, dívidas e reciprocidade na troca de valores na feira das 25 de Setembro em Belém/PA*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- Júnior, J. M. F. C. (2018). *Vamos levar uma delícia? Uma etnografia da circulação do pirarucu salgado na feira da 25 de Setembro em Belém*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém.

- Leitão, W. M. *Ver-o-Peso: um mercado de coisas boas e belas. In: IV Colóquio Internacional sobre o Comércio e Cidade: uma relação de origem.* Uberlândia, 1-10, 2013.
- Lima, K. S., & Almeida, A. M. (2014). O conhecimento de feirantes sobre a hipertensão arterial e suas complicações. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 38(4), 865-865.
- Machado, M. H., & Lima, J. P. (2015). Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 7(3), 368-382.
- Mascarenhas, G., & Dolzani, M. C. (2008). Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Ateliê Geográfico*, 2(2), 72-87.
- Medeiros, J. F. (2010). As Feiras Livres em Belém (PA): Dimensão Geográfica e existência cotidiana. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- Pantoja, L. (2014). Mercado de São Brás e Seu Entorno: tramas e sentidos de um lugar. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- Pereira, M. (2011). Turismo e inclusão social: uma avaliação acerca da acessibilidade aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, PA. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(2).
- Pupo, D. T., Melo, A. M., & Ferrés, S. P. (2006). Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. *Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes*, 31.
- Secon. (2010). Secretaria Municipal de Economia. Feirantes celebram dia de São Brás. 2016. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/secon/site/2016/02/03/feirantes-celebram-dia-de-sao-bras/>. Acesso em 23 março 2020.
- Silva, L. O. (2016) Aspectos da formação espacial da feira e mercado de São Brás – Belém. Usos e Trocas, Relações e Conflitos. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos.
- Silva, S. R. A. D., Amorim, R. D. C., & Almeida, A. M. D. (2015). Percepção de feirantes hipertensos sobre o adoecer crônico. *Rev. enferm. UERJ*, 23(6), 761-766.
- Wagner, L. C., Lindemayer, C. K., Pacheco, A., & da Silva, L. D. A. (2010). Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. *Ciência em Movimento*, (23), 55-68.

Dados dos Autores:

Mayra Hermínia Simões Hamad Farias do Couto

 <https://orcid.org/0000-0001-9690-8256>

Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Professora no Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade da Amazônia – UNAMA. Belém, Pará, Brasil. E-mail: mayrahamad@gmail.com.

Camila Malena Meiguins Brito

 <https://orcid.org/0000-0002-0996-3861>

Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: camilameiguins@outlook.com.

Estefanie Emiliano Santo e Silva

 <https://orcid.org/0000-0002-6256-5846>

Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: emilianofisio2016@gmail.com.

Rebecca Costa da Silva

 <https://orcid.org/0000-0002-4483-3202>

Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: beckycosta@outlook.com.

 <https://orcid.org/0000-0003-4306-2669>

Graduada em Fisioterapia. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: wendyvictorian@outlook.com.

Como citar este artigo:

Do Couto, M. H. S. H. F., Brito, C. M. M., Silva, E. E. S., Da Silva, R. C & Do Nascimento, C. W. V. S. (2021). Acessibilidade da Feira do Mercado de São Brás no Município de Belém: reflexões para melhoria da gestão do espaço público. *AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 10(1). <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v10i1.2117>